Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

TECER LETRAS, EDITAR VIRTUDES

Autoria feminina e práticas de leitura na imprensa de Minas Gerais no início do século XX

WEAVING WORDS, SHAPING VIRTUES

Women writers and reading practices in the Minas Gerais press in the early 20th century

PAULA DE SOUZA RIBEIRO DETONI[1]

RESUMO

O presente trabalho analisa a cultura dos impressos no Brasil entre o século XIX e o início do XX, com foco na inserção feminina no espaço público e editorial. A partir da análise das edições n. 3 e 5 do periódico mineiro A Borboleta, editado em Curvelo pelas irmãs Maria e Anna Pinheiro Lima no ano de 1902, discute-se como a imprensa mediou o projeto civilizatório e a instrução feminina sob a égide das Luzes e da moral cristã. A investigação utiliza o aporte teórico da História do Livro, da História das Mulheres e das Sensibilidades para examinar a materialidade do jornal, as redes de sociabilidade literária e a ambiguidade dos discursos que, embora progressistas quanto ao acesso das mulheres ao saber, reforçavam o papel doméstico e a virtude moral. Destacam-se a presença de autoras brasileiras, bem como o uso de pseudônimos e traduções de obras europeias como estratégias de legitimação no campo intelectual.

Palavras-chave: Imprensa Feminina. História das Mulheres. A Borboleta. Minas Gerais. Cultura Escrita.

ABSTRACT

This study analyzes the culture of printed media in Brazil between the 19th and early 20th centuries, focusing on women's entry into the public and publishing spheres. Based on an analysis of issues 3 and 5 of the Minas Gerais-based periodical A Borboleta, published in the city of Curvelo by sisters Maria and Anna Pinheiro Lima in the year 1902, this study discusses how the press mediated the civilizing project and women's education under the auspices of the Enlightenment

[1] Doutoranda e Mestra em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Bacharel em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. O presente artigo é um desdobramento da tese de doutorado intitulada 'Beatriz Brandão e a escrita poética da História: cultura histórica, sociabilidades e projetos de nação', que se encontra em processo de escrita pela autora no Programa de Pós-Graduação em História da UFOP. A pesquisa conta com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). E-mail: paula.sr@aluno.ufop.edu.br

and Christian morality. The research draws on theoretical contributions from the History of the Book, Women's History, and Sensibilities to examine the materiality of the newspaper, networks of literary sociability, and the ambiguity of discourses that, while progressive regarding women's access to knowledge, reinforced the domestic role and moral virtue. Noteworthy are the presence of Brazilian female authors, as well as the use of pseudonyms and translations of European works as strategies for gaining legitimacy in the intellectual sphere.

Keywords: Women's Press. Women's History. A Borboleta. Minas Gerais. Written Culture.

INTRODUÇÃO

No século XIX, o Brasil assistiu à chegada e à proliferação das tipografias e imprensas. Com a vinda da Corte Imperial em 1808, uma série de reformas tomou lugar no Rio de Janeiro e, paulatinamente, em outras regiões. Com a instalação da Imprensa Régia, a circulação de informações pelo então território luso americano representou uma mudança significativa na cultura dos escritos que aqui se desenhava (Ribeiro et. al, 2024). O livro não perdeu o seu lugar, mas passou a dividir as atenções com o periódico impresso, também chamado de folha, jornal ou gazeta. A entrada em cena de um novo suporte e de uma nova materialidade logrou êxito, ainda, nas formas e nos conteúdos veiculados. Com o lançamento de periódicos não diretamente ligados ao poder monárquico, uma diversidade de ideias e opiniões sobre os mais variados assuntos (política, sociedade, economia, etc.) despontou. Editores, autores recorrentes e pontuais integravam uma ampla rede de produção e de distribuição desses materiais. Era comum que os editores fossem também indicados como redatores-chefes ou dirigentes. Além dos conteúdos originais, é possível identificar a troca de informações entre os periódicos locais e regionais através de correspondências e de republicações de textos que vinham, com frequência, acompanhados dos créditos ao veiculador ou autor original (Jinzenji, 2010).

A coexistência entre livro e jornal torna-se ainda mais interessante pois, até então, o livro era um objeto restrito a uma camada ínfima da sociedade, tal qual a educação. Por vezes, era tomado como símbolo de status e de prestígio social (Chartier, 1994). A emergência do Iluminismo em terras sul-americanas tornou necessário o recálculo da rota: a informação, com destaque para as

notícias e os escritos sobre ciências e artes, precisava alcançar mais pessoas. Assim, o jornal mediou outro importante processo iniciado com a vinda de D. João: o da instrução pública, que integrava um projeto civilizador e, portanto, um projeto de nação para a América portuguesa (Boto, 2017). Incluíram-se, lentamente, outros grupos para além dos meninos e homens, aos quais o acesso lhes era mais facilitado. Para este artigo, gostaríamos de deter-nos à inserção das meninas e mulheres nesse rearranjo.

Importante ressaltar que, assim como ocorreu ao longo do século XIX, no início do século seguinte a instrução em ambiente doméstico ou a escolarização eram predominantemente voltadas a meninas e moças brancas. De início, a educação das mulheres era oferecida em casa, por parentes ou professores particulares. Esta modalidade atendia às alunas cujas famílias detivessem o poder aquisitivo ou a influência social para tal. Mesmo com a instalação das escolas públicas, o componente social do gênero representou um entrave à frequência das meninas e moças nas aulas: a vida no âmbito público seguia sendo vista como uma ameaça à noção do feminino em sua associação com o privado e com valores como a castidade, a pureza e a preservação de uma imagem social virtuosa, algo que até então só lhes permitia a participação em eventos seletos, como bailes e outras sociabilidades formais, sempre acompanhadas dos familiares e, em alguns casos, das suas damas de companhia (Jinzenji, 2010). Poucas décadas após o fim da escravização da população negra, a inclusão de estudantes pertencentes a outras raças e às classes mais vulneráveis demorou a se traduzir. Assim, as práticas de leitura e de escrita voltavam-se à um grupo específico de mulheres brasileiras.

O advento do jornal, conquanto, não demorou a reconhecer as mulheres que tinham acesso à leitura e à escrita enquanto as primeiras formadoras dos cidadãos e cidadãs. A Independência, em 1822, acelerou esse processo. Vendo nestas mulheres um potencial civilizador que poderia começar dentro de casa, agentes letrados, políticos e culturais voltaram a elas a sua atenção. Em meados de 1830, os primeiros jornais exclusivos para o público feminino já circulavam em diferentes regiões do Brasil. Dentre eles, destacaram-se o *Jornal das Senhoras* e *O Mentor das Brasileiras*. É importante pontuar que a criação desses jornais não foi o primeiro movimento de participação feminina nos assuntos

públicos: anos antes, elas já se encarregavam de manifestar suas ideias através das correspondências e dos textos, em gêneros variados como a crônica e a poesia, que eram publicados nos jornais. Algumas dessas mulheres, inclusive, tornaram-se publicamente reconhecidas por suas contribuições ao circuito das luzes brasileiro (Morel, 2007).

Em Minas Gerais, Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1868) figurou-se como célebre presença com suas poesias publicadas no *Abelha do Itacolomi* e no *O Universal*, ambos de sua cidade natal, Ouro Preto. Publicou também em folhas de outras cidades e de outros Estados, como *O Mentor das Brasileiras* e o *Marmota Fluminense*. Brandão é um exemplo de atuação multifacetada: além de poeta, atuou como professora régia em um colégio para meninas e como maestra e musicista. Sua formação inicial contou com professores particulares, mas, entendendo que o conhecimento ofertado não lhe era suficiente, uma vez que via na literatura sua vocação, seguiu por um caminho de aprendizado autodidata e logo dominou as práticas da escrita poética e das traduções da língua italiana para o português (Duarte, 2018). Assim como ela, outras mulheres já se aventuravam a produzir e publicizar escritos antes do surgimento da chamada “imprensa feminina” sinalizando o protagonismo que veríamos mais adiante. Poetas, biógrafas, cronistas, dentre outras. As mulheres, em fins do século XIX, desempenhavam funções outras que a da autoria, expandindo seus campos de ação e estabelecendo redes colaborativas que atuavam para além da troca de textos.

1. A BORBOLETA: IMPRENSA FEMININA EM MINAS GERAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

A participação das mulheres no circuito dos impressos, aos poucos, foi transcendendo a da autoria para ser vista também nos processos editoriais e mesmo tipográficos. No início do século XX, um dos periódicos que teve breve, porém insigne existência para o estudo da inserção feminina na cultura dos impressos em Minas Gerais foi o *A Borboleta*, que teve sua primeira e última edições publicadas em 1902. Dispomos, para essa discussão de apenas dois exemplares, que se encontram digitalizados no acervo da Biblioteca Nacional,

sendo eles os números três e cinco. Publicado na cidade de Curvelo, em Minas Gerais, a folha contava com duas editoras, Maria Pinheiro Lima e Anna Pinheiro Lima. A assinatura da folha era mensal e custava $500, com publicação semanal. Aqui, veremos um distinto trato dos textos a serem lidos pelas mineiras. A começar pela definição do impresso.

Escapando à tendência paternalista do diminutivo para se referir às atividades ou a objetos destinados ao público feminino (Jinzenji, 2010), *A Borboleta* é apresentado como um órgão literário dedicado ao bello sexo. Os ofícios da edição e da impressão também recebem o status de propriedade, indicando que a posse dos meios de produção tipográfica e as principais decisões do processo estavam a cargo das irmãs Pinheiro Lima. Essa releitura contundente à qual somos apresentados orienta também o conteúdo veiculado. A primeira seção, conforme analisamos, abordava temas da História do Brasil com especial enfoque na discussão sobre trabalho. Intitulada “A Mulher na Antiguidade”, a série de textos foi publicada com regularidade, diversificando contextos e temas, e era assinada por “Petrônio”, possivelmente um pseudônimo para o autor ou autora que não queria se identificar, e foi dividido em mais de uma parte para caber no formato do impresso sem que outras seções ficassem ausentes. O texto trata, em uma perspectiva histórica, dos processos que teriam contribuído para a associação do ócio ao status social na modernidade. Contudo, a chave de leitura percorrida pela pessoa que o escreveu é particularmente interessante pois argumenta que, no decorrer dos séculos, houve uma bifurcação na concepção da valorização do ócio que passa pelas definições de “trabalho”.

O que nos é apresentado é a defesa de que o trabalho realizado em âmbito privado pelas mulheres nunca deixou seu status “original”, ou seja, de provimento das necessidades do lar. Aos homens, a dissociação entre o trabalho braçal e o status social estaria na contramão da noção de continuidade percebida em relação ao trabalho doméstico. O que se deseja apontar, em linhas gerais, é que o trabalho intelectual, símbolo da nobreza, não seria uma disposição social natural, mas uma construção histórica. É defendida a tese de que as noções de trabalho e de ócio, quando vistas sob a perspectiva do gênero, teriam dois pesos e duas medidas.

A escolha pelo pseudônimo Petrônio não determina o sexo da pessoa autora, mas aponta para a circulação e para a expectativa de validação positiva das suas ideias a partir da apropriação do nome do conhecido escritor romano. Autor de prosas e sátiras que se tornariam referência na história da literatura latina, a possível presença de livros e textos em geral de autoria de Petrônio no acervo de quem redigiu o artigo se faz um elemento a ser considerado para corroborar com nossa hipótese de que se trate de uma pessoa cujas práticas de leitura incluíam autores antigos, uma vez que o texto é escrito em prosa. A isso se soma o amplo repertório histórico e literário mobilizado em um dos trechos: “todos os escrithores antigos e principalmente – Theocrito, Terencio, Virgilio e Ovidio, affirmão que a mulher de então era dedicadíssima ao trabalho”. (A Borboleta, 1902, p. 1)

De fato, esses autores referenciam o trabalho da mulher enfatizando as atividades domésticas. Na passagem do período helenístico para o auge da literatura do Império Romano, a mulher não era o tema principal das suas obras, mas aparecia de forma vívida em narrativas sobre a gestão das casas e, com frequência, em contextos rurais ou carregados de misticismo e de símbolos que remetiam à vida privada, às virtudes e à manutenção do status social. No “Idílio XXVIII” de Teócrito, por exemplo, a tecelagem é uma atividade honrosa que associa o trabalho manual ao carinho com a família, pois produz as suas vestimentas. Terêncio, por sua vez, traz em “Andria” uma comédia que põe em destaque o fator social ligado à manualidade, que poderia indicar a classe social da mulher ou a sua virtude, caso seu fazer fosse apenas para preencher o ócio. Em Virgílio, encontramos nas “Eneidas” e nas “Geórgicas” interessantes menções à mulher tecelã e à agricultora.

O trabalho, nesse caso, atende à necessidade de se manter uma imagem de castidade do lar e para garantir a sobrevivência. Nas “Metamorfoses” de Ovídio, assim como em trechos de “A arte de amar”, a tecelagem não é apenas uma atividade doméstica digna: ela ganha contornos místicos e de distinção moral. No mito ovidiano de Aracne, vemos um desafio aos deuses, equiparando a tecelagem a um dom divino. Em “A arte de amar”, é defendido que a mulher deve se manter virtuosa para os pretendentes ou maridos, sendo a tecelagem uma maneira de demonstrar fidelidade e outras qualidades importantes à

conquista e manutenção do matrimônio.

Observa-se, portanto, que por mais que o texto questione o ócio como símbolo de status social ou como conformador da presença ou da ausência de virtude, essas disposições se encontram historicamente situadas também nas atividades realizadas pelas mulheres. A diferença reside no fato de que ao homem tornou-se facultativa a ocupação braçal. Às mulheres, ela seguiu sendo recomendada, fosse por uma ou outra motivação, mas continuamente atendendo às necessidades do lar e, sobretudo, exercendo um papel de gênero que lhes fora atribuído. A noção servil do trabalho feminino parece escapar à crítica do ou da remetente do artigo, sendo seus espectros naturalizados.

A abordagem de temas históricos é um diferencial do periódico que, na quinta edição, concedeu outro espaço a essa temática, sendo ele uma síntese histórica de acentuado tom ficcional a respeito do 3 de maio na história brasileira, data da publicação do quinto número em 1902. Partindo de uma retomada da chegada de Pedro Álvares Cabral, a narrativa tem a predominância do argumento providencial para explicar o “descobrimento” do Brasil. Ao mesmo tempo, elabora uma concepção patriótica que se baseia no direito divino à terra, e no “dever sagrado” de zelar pelo seu progresso cívico. Isabel Lustosa (2004) nota que as comemorações da data em que foi instaurada a primeira Assembléia Constituinte do Brasil em 1823 tornou-se memorando frequente na nascente imprensa brasileira. Para Lustosa, a data teve um papel importante na circulação de ideias que associavam a autonomia e a independência nacional à figura de D. Pedro I. Nesse ínterim, a cultura dos impressos se valeu de discursos que publicizavam o debate político com detalhes e com opiniões antes restritas a grupos específicos. Assim, o discurso emancipador atingiu um alcance distinto daqueles vistos nos levantes e nas sedições regionais, mobilizando processos de identificação e sensibilidades nacionalistas.

Esse texto antecipa a terceira parte de “A Mulher na Antiguidade”, da mesma autoria de “Petrônio”. Dessa vez, observa-se que a pessoa autora segue pela narrativa de tentar identificar, em diferentes contextos e lugares pelo mundo, semelhanças históricas que ajudem a criar uma linearidade a respeito dos conflitos entre trabalho e ócio quando vistos pela chave de leitura da diferença sexual. O foco, no entanto, passa a ser o trato do corpo feminino enquanto

propriedade. É trabalhada a noção hierarquizada dos corpos e a posição inferiorizada da mulher em relação à economia e à cultura. O apagamento e a essencialização do feminino se mostram um incômodo ao longo do texto, que adentra os territórios da sexualidade e condena o que entende por diferentes formas de aviltação da mulher, com destaque para as práticas religiosas pré-cristãs. Ainda que o texto nos traga ideias progressistas a respeito das relações entre corpo e poder, ele não escapa às convicções próprias do seu tempo, como a idealização do cristianismo. Não há uma análise que se dedique propriamente àquela realidade em que o escrito foi publicado, mas uma tentativa de sintetizar as mazelas históricas que já acometeram o sexo feminino. Não por acaso, os qualificativos são parte do discurso recorrente no século XIX que mescla a religião com a moral cívica realizando, assim, uma operação anacrônica na tentativa de convencer a leitora a lutar por um futuro, mas sem de fato ter uma perspectiva crítica do seu presente.

2. O LEGADO DAS LUZES: INSTRUÇÃO PÚBLICA, TRABALHO DE CUIDADO E NACIONALISMO NA REPÚBLICA DAS LETRAS

Revelam-se aí alguns limites da proposição iluminista no Brasil: a agência das mulheres alfabetizadas foi, ao longo do século XIX e no início do XX, mediada por discursos que favoreciam o funcionamento de uma ou outra instituição social. Não se planejava que a mulher detivesse um nível de autonomia que lhe facultasse questionar as diferenças entre os gêneros, e a religião cristã apareceu como uma moderadora das Luzes brasileiras. Carlota Boto (2017, p. 176), em análise embasada nos trabalhos do historiador britânico Kenneth Maxwell, aponta que “o Iluminismo português – racionalizador, centralizador, secularizador – não era laico; e não era demasiadamente adepto da ‘extensão das liberdades individuais’”. A assimilação entre dois pólos aparentemente divergentes (Scott, 2024) criou condições de possibilidade para que, no Brasil, essa herança alcançasse o século XIX. Autores proeminentes em jornais voltados ao público feminino, como Joaquim Norberto de Souza e Silva (1820-1891) e José Alcibíades Carneiro, ambos colaboradores do *O Mentor das Brasileiras* (este último era também seu diretor), defendiam que era possível

apropriar-se das ideias iluministas francesas e inglesas, sem deixar de lado a religiosidade cristã. Daí a percepção de que o texto sobre a mulher na antiguidade soe feminista, mas conserve a religião como vetor da virtude feminina e a defesa do trabalho devoto à família.

A seguir, outra seção recorrente ou fixa é a intitulada “Educação”, que não apresenta autoria. Nela, vemos a associação entre a educação e a virtude. Nesta nota, o uso do termo “homem” é aplicado não como forma de separação entre sexos, mas como produção da diferença entre humanos, plantas e animais. Na quinta edição, a mesma seção que foi intencionalmente alocada após a leitura entusiástica da história das opressões das mulheres, apresentada implicitamente como o antídoto às aviltações. De autoria anônima, o texto da quinta edição opera uma mudança significativa no entendimento da educação para as mulheres, pois defende que a educação adequada só seria alcançada com a frequentação e a participação ativa das moças em gabinetes de leitura e outros espaços dedicados à vida literária. As ciências, as artes e a religião são as temáticas que propiciariam o “deleite da alma”, assim como a música e a jardinagem. A oposição ao ócio como porta de entrada para pensamentos “pretenciosos” se faz um lugar-comum. A diferença estaria no tipo de ocupação considerada adequada para evita-lo e, por conseguinte, tornar-se uma agente do campo que então se delineava para as mulheres de letras:

> Felizmente nos dias que correm as nossas patrícias já vão se dedicando ao jornalismo laborando artigos *litherários* bem apreciáveis e derramando desta arte docemente com suas palavras de candura a instrução por todas as classes sociaes. Oxalá que este gosto e esta tendência não esfriem em sua marcha progressiva! Talento e moralidade não lhes faltam. (A Borboleta, 1902, p. 2)

Como podemos ver, ócio e ocupação são preocupações constantes da linha editorial do *A Borboleta*. Não só isso, mas preocupa-se também com as maneiras com a qual esse ócio é preenchido ou aceito pela ala feminina. A carreira jornalística se faz um caminho profícuo, pois une o trabalho manual (a edição e a tipografia) ao trabalho intelectual, a escrita. Gera ainda um fruto à sociedade, que é o acesso à leitura, à informação ou às artes, geralmente apresentadas em uma linguagem coloquial. A discussão sobre o acesso a

espaços que ainda eram restritos aos homens nos mostra o quão lenta foi a aceitação das mulheres em determinadas áreas da produção intelectual. Até então, as possibilidades de agência aceitas socialmente se constituíam a partir das noções de recepção e transmissão do conhecimento, ou seja, enquanto leitoras, eventuais alunas e professoras.

No século XIX, a autoria feminina representava um passo ousado e apenas parcialmente aceito publicamente. Muito em função da religiosidade, presença de longa data na história da América portuguesa, as práticas da leitura e da escrita tornavam a autora uma mulher potencialmente "rebelde e indócil" aos olhos de uma sociedade estruturalmente paternalista. As figuras da mãe, da filha ou da irmã estavam, em linhas gerais, alinhadas a papéis coadjuvantes, e o alcance do seu reconhecimento estava condicionado ao quanto atendiam ou não aos papéis que lhes eram atribuídos, observando o socialmente aceitável (Jinzenji, 2010). A seção seguinte se dedicava a crônicas e, possivelmente, a fábulas em que a moralidade também tinha lugar destacado. Na terceira edição, o texto publicado é uma balada em prosa cuja autoria é anônima. "A Morte do Delphim" adiciona mais um elemento dentre as influências estrangeiras coadunadas na folha. Narrando o padecimento de um jovem herdeiro do trono francês, a crônica trabalha as temáticas da fé, da doença e da morte, demarcando papéis para as figuras do rei e da rainha nesse momento de fragilidade familiar. A ele, é permitido que não aparecesse na triste cena e pudesse se recolher a um cômodo separado, pois "as majestades não gostam de que as vejam a chorar". A rainha, no entanto, está presente em toda a trama. A demonstração de emoções e a perseverança parecem ser as principais lições da crônica, sendo a rainha a principal transmissora dessas sensibilidades. O delfim busca resistir à morte, levando a mensagem de resiliência à mãe. O texto ocupa uma página inteira e metade da página seguinte, tornando a narrativa um ponto de destaque na visualidade do impresso.

Na quinta edição, a crônica "As Duas Roseiras" se encarrega da ocupação de duas páginas inteiras e metade de outra. Trata-se de uma tradução, de autoria de A. M. dos Reis, para o conto "Les Deux Rosiers", de Jean-Nicholas Bouilly (1763-1842), dramaturgo francês. A obra integra a coleção de contos morais "Contes à ma fille (Contos à minha filha)", publicada na Europa em 1890. Através

da metáfora, o conto busca entreter e instruir moças a respeito de boa conduta e educação. A tradução apresenta apenas algumas adaptações nos nomes das personagens principais, Anna e Celina (no original, Anaïs e Célina), e em substantivos próprios como os das flores e dos lugares. Nela, vemos que a principal lição se dá em torno do tema das modas e dos luxos. Anna, cujos gostos são considerados “apurados” e cujas ambições com o plantio de sua roseira eram por demais “elevadas” se mostra em estado de grande decepção quando o exotismo da rosa chinesa não prospera em seu jardim, fazendo analogia à superficialidade do luxo. Celina, cujo gosto era “mais simples”, é retratada como melhor dotada de virtudes e mais propensa ao cuidado com a família, uma analogia à concepção da mulher que serve ao seu lar e à sua sociedade como um bom emprego do tempo e da moralidade. É interessante notar que a filha mais “modesta” é a que encontra algum caminho de prosperidade em seu plantio, em ambos os sentidos metafóricos e denotativos. A modéstia e a simplicidade são características exaltadas, ao passo que a ambição, ainda que travestida de um encantamento pelo que é distinto, revelaria uma efêmera exuberância sem real longevidade e esvaziada da virtude. O parágrafo final é decisivo para compreendermos o apelo político da moralidade no texto:

> Quando Anna a censurava por cultivar aquela estéril e enfraquecida roseira, Celina respondia-lhe que a preferência que se deve às produções do país não exclui as que nos vem do estrangeiro; e que, consistindo todo o recreio no cultivo das plantas cujo préstimo e vitalidade conhecia, podia entreter-se em estudar nas plantas dos países remotos, a imensa variedade de produções naturais, que frequentemente nos conduzem a resultados úteis e descobertas importantes. (A Borboleta, 1902, p. 4)

É possível interpretar, portanto, que há uma analogia entre a jardinagem e a educação. Na construção da narrativa, a escolha entre o ofício ou o trabalho manual não anula a possibilidade da expansão do repertório botânico. Valorizar o nacional, nesse sentido, seria o ato da dedicação ao que nos é próprio ou próximo, ao passo que o que vem do estrangeiro deveria ser, antes de tudo, encarado como conhecimento a ser adquirido, e não um consumo superficial. Anna representaria a mulher que encontra no luxo sua ocupação, mas que com

ele não conseguiria prosperar tanto quanto com a leitura e a educação. Celina adiciona o componente patriótico ao dissociar o local do estrangeiro, e a esse segundo dedicar-se apenas ao aprendizado teórico, que lhe é suficiente. Fica clara a referência à divulgação do projeto civilizatório através da instrução pública. Se estabelecermos uma relação dialética entre o texto anterior com o conto, é possível perceber que as mulheres eram chamadas não apenas a adquirir conhecimentos científicos e literários, mas também a transmiti-los. Celina é, além de estudiosa, uma espécie de mestra, que encontra nos livros e em demais materiais de leitura sua fonte de extenso saber não apenas sobre o seu país, mas sobre o exterior.

Enfim, a questão da educação emocional para a civilidade se apresenta na forma de uma sensibilidade singular: saber no que investir a energia na prática, e usar a teoria a favor disso. A rosa brasileira, embora “simples e fraca”, respondeu melhor aos cuidados de Celina do que a rosa chinesa de Anna, que era “estrangeira e exuberante”. Entende-se que o cuidado prático, nesse caso, não eliminaria as chances de a rosa chinesa não prosperar, pois há o fator nacional e, portanto, territorial: o conhecimento, embora pudesse ter ajudado Anna, não eliminaria as chances de a planta não vingar como a da irmã, pois sua roseira não pertence ao Brasil. A questão do pertencimento à pátria e à nação foi uma temática amplamente explorada nas culturas escritas do século XIX e reverberou no século seguinte. História, território e identidade faziam parte do projeto civilizatório, ainda que contundentemente idealizados ou sob uma chave de leitura androcêntrica (Catroga, 2007). O pertencimento das mulheres se associava à figura protetora dos homens, por quem elas deveriam zelar através da educação e do trabalho de cuidado. Aos homens caberia a atuação no espaço público simbólico.

A seção “Economia” traz, na terceira edição, um texto cuja assinatura traz, abaixo do texto principal, o nome “Madame Sirey”, e fala brevemente sobre a importância da economia doméstica dentre as tópicas de instrução das meninas e moças. Esse elemento é de grande relevância para adentrarmos nas discussões sobre apropriação. Isso porque o nome que “assina” a seção remete ao de Marie Jeanne Catherine Joséphine Sirey, autora francesa que viveu entre 1776 e 1843. Sendo de sua autoria ou de alguma colaboradora que quis utilizar

seu nome como pseudônimo, a presença de Sirey aponta para a circulação de suas obras em Minas Gerais e, principalmente, para os usos da apropriação em um periódico de circulação local. É possível que a tradução do trecho seja de autoria de quem enviou o texto, uma vez que não se tem conhecimento de obras de Sirey traduzidas para o português naquele período.

Segundo a antologia biográfica de Johann Christian Ferdinand Hoefer, “Nouvelle biographie universelle Générale” (1865), Marie Jeanne Catherine Joséphine De Lasteyrie Du Saillant Sirey nasceu em Le Bignon, na região de Loiret, em 25 de novembro de 1776 e faleceu em Chatou, na região de Seine, em setembro de 1843. Era sobrinha de Honoré Gabriel Riqueti de Mirabeau (1749-1791), conhecido jornalista, escritor e ativista político que se destacou como teórico da Revolução Francesa e participou da Assembleia Nacional Constituinte da França. Sirey publicou, sob o pseudônimo anônimo “Madame...”, as obras “Marie de Courtenay” (Paris, 1818, publicado pela editora Barba et Delaunay) e “Louise Cécile” (Paris, 1822, 2 volumes publicados pela editora Everat). Publicou também os chamados romances de costumes: “Mère de famille” (“Mãe de família”), uma revista mensal publicada entre setembro de 1833 a setembro de 1834; “Conseils d'une grandmère aux jeunes femmes” (“Conselhos de uma avó para moças”) publicado em Angers no ano de 1838 e editado pela Launay-Gagnot; e o “Petit manuel d'éducation” (“Pequeno Manual de Educação”), lançado entre 1841 e 1842 e editado pela Belin-Mandar. Ela contribuiu com artigos para o Journal des Femmes e outras publicações. As obras de Sirey apresentam, em linhas gerais, um tom prescritivo que caminha pela valorização da educação feminina, mas que também versa sobre tópicas como a moralidade, a moda e a conformação da imagem social “ideal”.

Seu marido foi o jurista francês Jean-Baptiste Sirey, nascido em Sarlat, região de Périgord, em 25 de setembro de 1762 e falecido em Limoges em 4 de dezembro de 1845. Inicialmente, ingressou no clero, mas foi dispensado de seus votos e estudou direito. Adotou os princípios da Revolução Francesa, mas condenou seus excessos. Foi acusado ora de monarquismo, ora de federalismo, e passou um longo período na prisão. Trabalhou na comissão legislativa da Convenção Nacional e, posteriormente, ingressou no Ministério da Justiça como assistente do chefe da divisão criminal. Após o golpe de 18 Brumário, tornou-se

advogado no Tribunal de Cassação, título ao qual acrescentou o de advogado no Conselho de Estado, função que manteve até 1836. Possui extensa obra publicada na área do direito francês no século XIX, sendo considerado um de seus mais prolíficos sistematizadores. Sua obra é marcada por monumentais coletâneas de leis e decisões judiciais, além de edições minuciosamente anotadas de todos os códigos napoleônicos: Civil, Penal, Comercial e de Processo.

Através de seus livros, cursos de direito e estudos sobre o Conselho de Estado, Jean- Baptiste Sirey consolidou um vasto arquivo jurisprudencial que, continuado por seus sucessores e colaboradores, tornou-se referência fundamental para a prática jurídica na França. Percebe-se que a posição social da família Sirey conferia um tom de legitimidade e de seriedade aos textos veiculados nos impressos. O fato de Marie Jeanne ter omitido seu nome e sobrenome em suas primeiras publicações é um indicativo dos limites progressistas adotados pela família e um reflexo das tensões relacionadas ao gênero no pós-Revolução. As mulheres seguiam na subalternidade e, nesse cenário, operou-se gradual mudança para que elas também tivessem sua autoria validada publicamente mesmo no circuito dos impressos francês (Perrot, 2005).

A seção “Economia” se encontra ausente na quinta edição, possivelmente devido à preferência pela publicação integral da crônica “As Duas Roseiras”. Na terceira edição, a seção que se segue é a “Homopathia Moral”, que conta com sentenças bem humoradas sobre temas diversos do cotidiano. A seção “Polidez e Caridade”, por sua vez, dedica-se a crônicas e fábulas em que eram tratados temas mais próximos das noções de virtude e de moral. O texto da terceira edição é de autoria do Cônego Schmid e explora a temática dos “bons usos” dos dons e dos talentos, sendo eles voltados à caridade e ao bem comum, escolha que em muito dialoga com a proposta difusora da educação como meio para a “elevação espiritual” e para a utilidade social em tempos de emergentes projetos de nação. Essas seções também se encontram ausentes no quinto número, marcando uma diferença considerável na forma do impresso, que tinha apenas quatro páginas, sendo ao menos duas e meia dedicadas à crônica de Bouilly.

Na seção “Escrinio poético”, outra presença publicamente reconhecida é a da poeta paranaense Júlia Maria da Costa (1844-1911), cuja obra intitulada

“Fantazia” foi publicada integralmente na terceira edição. A obra de Costa paira entre os temas do desejo inconsciente e a realidade concreta. A fantasia, nesse caso, faz uma ponte entre essas duas dimensões. É possível interpretar que a frustração se dá em torno de algo ou alguém perdido e que a sensação de ausência da sua referência afetiva, espaço que o personagem secundário busca ocupar com a fantasia. O eu lírico aconselha a pessoa que parece estar sonhando febrilmente acordada pois, a seu ver, a fantasia representa uma ameaça. Do ponto de vista do personagem secundário, a fantasia na verdade cumpre a função “protetora” de uma realidade que ele não quer aceitar ou, ainda, de um vazio, conferindo-lhe alguma identificação com si mesmo e com o ambiente.

A obra transita por temas da psicanálise e esbarra na questão nacional quando o eu lírico aciona elementos da natureza local para tentar “convencer” o personagem à aceitação do presente. Uma leitura interessante que podemos fazer, tendo como embasamento a obra de Lacan (1988), é a de que o conflito entre o simbólico (aqui representado pela linguagem) e o imaginário (representado pela fantasia geradora de imagens) nos leva a problematizar a ficcionalidade inconsciente que sustenta ambas as realidades. Ambos se encontram em uma busca, seja pela aceitação ou pela negação. É nesse processo que a teoria lacaniana argumenta que o sujeito nunca está inteiro: ele seria sempre fragmentário e estaria constantemente em embate com as nuances do ócio ou do luto, condições em que o eu lírico encontra o personagem secundário.

Os textos que encerram a terceira edição são uma poesia, de autoria de J. J. Teixeira, e uma oração dominical, de autoria de J. P. Soares. O “Escrinio Poético” da quinta edição nos traz uma composição de F. A da Costa intitulada “O Usurário”, que caminha pela narrativa acerca da riqueza ilusória, entendida como a riqueza material, e a riqueza verdadeira, que seria a das virtudes. A última obra que temos nessa edição é a “Canção do Berço” da poeta, dramaturga, contista e romancista portuguesa Maria Rita Chappe Cadet (1836-1835).

3. ENTRE A PRESCRIÇÃO E A AUTORIA: MATERIALIDADE, RECEPÇÃO E APROPRIAÇÃO NO PERIÓDICO A BORBOLETA

A leitura das duas edições disponíveis do periódico nos possibilita levantar algumas questões pertinentes ao estudo da cultura dos impressos em Minas Gerais. Para isso, propomos uma discussão que transita entre a História do Livro, a Crítica Literária Feminista e a História das Sensibilidades. A primeira delas é referente à singular coesão temática de cada edição do *A Borboleta*. As escolhas editorais guiam o olhar do público por entre os assuntos, nos dando a sensação de que se trata de um material com edições temáticas, algo que o diferencia dos impressos de notícias da época, cujas linhas editoriais tendiam a acompanhar os acontecimentos e discussões mais recentes e por isso não apresentavam um sentido contínuo ou mesmo coeso tematicamente. A disposição dos artigos do jornal curvelano é possibilitada, em partes, pelo fato de a sua caracterização ser voltada à formação e ao entretenimento. O que a estratégia editorial indica, ainda, é que a escolha dos textos partia das próprias editoras. Não é possível saber, com exatidão, se nesse corpus havia obras de autoria das irmãs Pinheiro Lima, ou se elas apenas reuniam o material por meio de envios dos e das leitoras, para publicação. O conjunto da obra, sua materialidade e suas produções de sentido, se valem não apenas de uma configuração planejada do conteúdo, mas de uma organização visual que contribui para o direcionamento dos modos de ler.

Nos valendo das teorias de Roger Chartier (1994), identificamos nas páginas do *A Borboleta* interessantes recursos que produzem efeitos de hierarquização de informações, de pausa e mesmo se aquele texto deve ser lido com mais ou menos atenção da leitora, como é o caso da crônica “As Duas Roseiras” e da pequena, porém chamativa nota “Economia”. Nota-se que, nos textos mais longos, a escolha das fontes se dá pelos tamanhos menores, enquanto que para textos menores, as fontes do título da seção ou da obra é pelos tamanhos maiores, criando uma ordem de leitura sequenciada e que propõe uma relação conjuntural.

Ainda que essa disposição pretenda assumir algum controle sobre as possibilidades de interpretação da leitora, é importante que considerarmos a

possível recepção do público leitor, o que nos leva a uma segunda colocação, que se refere às estéticas da recepção no *A Borboleta*.

Embora o horizonte de expectativas (Jauss, 1994) das editoras se mostre conciso e empenhado na temática da instrução pública, em que se destacam as apropriações de textos de autoras estrangeiras e as mobilizações de temas históricos e literários para debater as relações de gênero (muitas vezes esboçando críticas feministas), a aparente mudança frequente nas presenças e ausências das seções do periódico aponta para uma dificuldade editorial quanto aos temas mais procurados pelas leitoras ou, ainda, de angariar um público leitor que consumisse o periódico regularmente. Isso nos ajuda a entender a curta duração da sua circulação. Stanley Fish (1980) nos traz o conceito de comunidades interpretativas. O *corpus* em análise nos parece apresentar comunidades divididas entre a recreação ou ao deleite literário e à instrução normativa. A presença das crônicas e das composições poéticas concilia essas preferências, pois proporcionariam ambas as experiências possivelmente desejadas pelas leitoras.

Esse aspecto confere historicidade ao periódico uma vez que, como aponta Marinalva Barbosa (2010) a imprensa brasileira dos séculos XIX e início do século XX se assemelhava a um “caleidoscópio de temas”. Tendo em perspectiva a história cultural da imprensa brasileira o livro foi, por muitas décadas, mais facilmente rastreado em grupos das classes mais altas da sociedade, como magistrados, administradores, clérigos e letrados. Circulavam pelos grandes centros urbanos, como Ouro Preto, Rio de Janeiro e, posteriormente, em outras localidades. Os temas predominantes incluíam a filosofia, a literatura latina, códigos e manuais para aplicações em setores diversos do funcionamento público, e obras voltadas à religiosidade. Aos poucos, outros tipos bibliográficos foram introduzidos, como as antologias e os compêndios biográficos, além dos primeiros esforços historiográficos propriamente brasileiros. Esse movimento foi contemporâneo ao surgimento dos manuais de instrução pública e das obras voltadas à educação moral e cívica em fins do século XIX. Não por acaso, uma parte significativa do *A Borboleta* se constitui da literatura circulante no século anterior, com exceção das composições poéticas, que podem ter sido enviadas por ocasião da publicação

do impresso mineiro.

O jornal de Curvelo tem, portanto, uma caracterização transitiva que nos fornece um panorama das rápidas transformações sociais e culturais correntes em Minas Gerais no início do século XX. A experiência de leitura nos leva à coexistência de elementos comuns ao século anterior e aos ineditismos da então contemporaneidade. A começar pela nomeação (ou a ausência dela) das autorias dos textos. Se, por um lado, temos os nomes das editoras em lugar de destaque na primeira página, por outro vemos uma continuidade no que diz respeito às autorias anônimas ou sob pseudônimos.

A presença da poesia de Júlia Maria da Costa indica uma outra mudança importante para a autoria feminina. No *A Borboleta* seu nome completo nos fornece a autoria, mas, no século anterior, a mesma autora se veria na necessidade de abreviá-lo, assim como o fez Beatriz Brandão. Constância Lima Duarte (2018) analisou a trajetória de diversas autoras brasileiras e concluiu, a respeito dos usos do pseudônimo e do semianonimato, que muitas dessas literatas se valiam apenas do sobrenome, ou mesmo de letras como B. F. A. B (Beatriz Francisca de Assis Brandão), para garantir o resguardo de críticas e, em muitos casos, utilizar o prestígio dos nomes familiares para abrir portas no processo de publicização dos seus escritos. Lara Berruezo (2018) estudiosa da autoria feminina no século XIX, argumenta que o uso do recurso do anonimato ou do pseudônimo permitia à mulher expressar-se sem sofrer as represálias sociais por tal. Um texto protegido por “Petrônio”, por exemplo, aciona uma figura histórica da Antiguidade para debater um assunto moderno, que é a associação entre ócio e prestígio social. Partindo da hipótese de que se trate de uma autora, isso a permitirá dirigir as críticas à diferença entre as concepções que tornam ou não a ocupação valorosa, e de que formas essas virtuosidades aparecem. Esse texto sugere o que Michel Foucault (2009) argumenta a respeito da função-autor: o “disfarce” confere ao escrito um status de verdade que ele poderia não receber caso fosse publicada a autoria verdadeira. Essa nomeação, que apareceu em pelo menos três edições, nos leva à discussão que mais nos é cara na análise desse material: as apropriações.

O ponto mais forte da folha refere-se à disposição de conteúdos considerados produtivos pelas editoras. Nesse conjunto, a apropriação de textos

de autores estrangeiros a partir da extração de parágrafos, de traduções e de ensaios históricos servem ao propósito da educação das mulheres mineiras. Opera-se uma transposição de obras produzidas no contexto iluminista europeu para a realidade local de Curvelo e, por que não dizer, de possíveis cidades ao redor. Dialogando com Roger Chartier (1998), é possível trabalhar a apropriação sob uma perspectiva relacional: o conteúdo original detém estratégias que buscam delimitar os modos de ler. Materialidade, visualidade, discurso e autoria são alguns dos elementos que compõem o livro e, da mesma forma, o periódico.

A produção de sentido, contudo, depende de outros agentes. Chartier advoga que as práticas de leitura não são passivas, uma vez que a leitora ou o leitor não apenas absorve o conteúdo, mas o faz de acordo com as suas leituras cognitivas do mundo. A realidade experimentada pelo público leitor impacta diretamente as suas práticas de leitura. É por isso que a leitura de Madame Sirey na França pode ser consideravelmente distinta daquela realizada no Brasil. O estabelecimento da diferença contextual é crucial para compreendermos as potencialidades e as fragilidades das apropriações no *A Borboleta*. Os usos da nota sobre economia doméstica, originalmente publicada em meados do século XIX, são voltados à uma realidade em que poucas mulheres atuavam na esfera pública, mas já se encontravam no seio do projeto civilizatório que buscava torná-las mestras do lar. Este trecho tem um impacto muito diferente em 1902, sobretudo quando publicado em um veículo cujas editoras eram mulheres. Talvez por isso a apropriação da obra da francesa tenha sido tão breve.

No caso de Bouilly, temos uma tradução do francês para o português publicada sob uma autoria masculina. A crônica é responsável pela ocupação de quase toda uma edição, tendo sido transcrita em sua forma integral, sem cortes. E não é difícil entender as táticas possivelmente adotadas para o aceite da publicação: trata-se de um texto que une o objetivo prescritivo com assuntos de relevância no início da Primeira República: o equilíbrio entre o serviço no lar e os ofícios intelectuais, a noção de “boa ocupação” e a aversão à moda. O texto caminha pela ideia de que o bom consumo é o do conhecimento, e o bom uso do tempo é aquele em que a mulher serve à família e se dedica a atividades produtivas, que geram algum retorno.

A crônica é um ótimo exemplo do que Zahidé Muzart (1999) explora com

os conceitos de apropriação, e de resgate e ressignificação. O que vemos no *A Borboleta* é uma constituição de uma rede colaborativa em que a publicação dos textos de outras autorias configuram uma discursividade progressista. Os textos se complementam e se legitimam. Os impressos estudados por Muzart que recorrem à apropriação para fazer circular manifestações feministas pioneiras que valorizavam publicamente a intelectualidade feminina. Esse espaço era usado também para reivindicar direitos, opinar sobre a oferta da educação para as mulheres e debater a emancipação, com destaque para a profissional. No século XIX, o *Jornal das Senhoras* foi um expoente dessa cultura. Publicado no Rio de Janeiro entre 1852 e 1855, teve três jornalistas como editoras e redatoras-chefes: a argentina Juana Paula Manso de Noronha e as brasileiras Violante Atabalipa Ximenes de Bivar e Velasco e Gervásia Numésia Píres dos Santos Neves. A iniciativa foi seguida pelo *O Bello Sexo*, que era dirigido por Julia de Albuquerque Sande Magalhães.

Em Minas Gerais, o sul de Minas se destacou na produção de impressos em que se encontra expressiva participação feminina na literatura e nas ações políticas ainda no oitocentos. Se analisarmos as publicações do *Astro de Minas*, que noticiou a criação das primeiras sociedades literárias sul-mineiras e, posteriormente, a criação da Sociedade Philopolytechnica, agremiação da qual eram associadas cerca de 120 mulheres, vemos que a literatura foi a porta de entrada para a atuação efetiva nas discussões sobre assuntos interesse público. Lançado em 20 de novembro de 1827 na cidade de São João del-Rei, o jornal circulou até o ano de 1839 e teve como editor e redator-chefe o jornalista, redator e administrador público Baptista Caetano d'Almeida. Além dos chamados salões ou círculos literários, o sul mineiro também registra grupos de mulheres formados autonomamente para discutir literatura outros temas como a vida cultural e social das suas cidades (Jinzenji, 2010).

Com a chegada da imprensa, Campanha foi o berço de um dos periódicos mais relevantes da história da crítica feminista: *O Sexo Feminino*, dirigido por Francisca Senhorinha da Motta Diniz. Enfaticamente combativo às restrições impostas pela condição do feminino, o projeto foi transferido para o Rio de Janeiro e desempenhou importante papel na luta pelo voto feminino e pela Abolição da escravatura. Diniz tinha suas filhas como ajudantes, e seu jornal

frequentemente trazia notícias replicadas ou adaptadas de publicações nacionais e estrangeiras, sobretudo as estadunidenses (Muzart, 1999).

Contemporâneo ao impresso de Francisca Diniz foi *O Echo das Damas*, periódico de vertente feminista que circulou no Rio de Janeiro entre 1879 e 1888 que também contribuiu para a interseccionalidade da imprensa feminina através das trocas de notícias por correspondência e das publicações de poesias e outras obras literárias de autoria feminina. Sua editora era a escritora e jornalista Amélia Carolina da Silva Couto. Por fim, um impresso que teve lugar nas últimas décadas do século XIX e que também trazia a disposição colaborativa em sua linha editorial foi o *A Família*, folha lançada em dezembro de 1888 na cidade de São Paulo e posteriormente transferido para o Rio de Janeiro e que teve como editora e redatora-chefe a jornalista e escritora Josefina Álvares de Azevedo. Nele, como sugere Muzart, Azevedo não apenas incorporava textos de autores nacionais e estrangeiros em seus impressos, mas realizava uma forma de apropriação semelhante àquela que vemos no *A Borboleta*: a família, instituição cuja posição de "chefe" era atribuída à figura masculina se tornou, nas mãos de Azevedo, um potente argumento à defesa do voto feminino. Partindo da premissa de que, socialmente, a mulher seria o "pilar" da família, também ela deveria ter o direito de escolher governantes. A diferença semântica entre os termos "chefe" e "pilar" pressupõem um dos usos discursivos hierarquizantes da dinâmica relacional do gênero, podendo ser associados às noções de poder e de força tal como discute Michelle Perrot (2005). No entanto, seus sentidos foram apropriados e subvertidos, criando-se uma noção equitativa entre os dois papéis.

O que "Petrônio" busca elaborar no *A Borboleta* é uma reconfiguração dos dois sentidos possíveis para trabalho dentro dessa mesma dinâmica. Ele ou ela entende que o termo carrega sentidos históricos que teriam entrado em descompasso e, na modernidade, em visível desequilíbrio. Mesmo com suas limitações na identificação da servidão familiar atribuída à mulher, a pessoa autora faz um desabafo acerca das diferenças entre manualidade feminina e masculina que também se enquadra nos estudos de Perrot acerca da disparidade disfarçada de "força", que relegava a mulher ao âmbito privado. Mais ainda, dialoga diretamente com o que Sílvia Federici (2019) nos fala a respeito do contexto brasileiro, uma vez que está sendo trabalhada a reprodução social

do trabalho feminino ao longo da História. A emergência da modernidade e do capitalismo trouxe a lógica do lucro às custas do trabalho de cuidado das mulheres. Subalternizadas, elas sustentavam o lar com seus serviços sem remuneração. Essa lógica se justificava pela "providência" do recurso financeiro da parte dos pais e demais figuras masculinas. Debate-se, portanto, a produtividade em face da diferença sexual. O trabalho doméstico seria um trabalho reprodutivo, enquanto que o trabalho fora de casa era interpretado como produtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão, a análise das edições do *A Borboleta* revela que a imprensa feminina mineira do início do século XX funcionou como um território de negociação e ambiguidade discursiva. Por um lado, o periódico capitaneado pelas irmãs Pinheiro Lima desafiou o silenciamento histórico ao assumir a gestão editorial e tipográfica. Por outro, permaneceu ancorado em um projeto civilizatório que instrumentalizava o saber feminino em prol da moral cristã e da domesticidade. As estratégias de legitimação identificadas, que transitam entre o uso de pseudônimos eruditos e a apropriação de referências europeias demonstram que a inserção da mulher no campo intelectual brasileiro não se deu por uma ruptura abrupta, mas por uma "tecedura" lenta e cuidadosa. O jornal não apenas informava, mas moldava uma subjetividade feminina que buscava o progresso científico e a instrução sem abdicar da virtude, evidenciando que, na Curvelo de 1902, a emancipação pelo letramento ainda caminhava de mãos dadas com a vigilância moral do lar.

O estudo reafirma, assim, a importância da cultura impressa como mediadora de sociabilidades e de circulação de ideias em Minas Gerais. A presença de traduções de autores franceses e a publicação de poesias de autoras de outros estados atestam que o interior mineiro não estava isolado. Pelo contrário, participava de uma rede transnacional de trocas literárias. A materialidade do periódico, ao dedicar espaços nobres a crônicas morais e seções de "economia doméstica", reflete a tentativa de conciliar o Iluminismo tardio com as sensibilidades locais. Percebe-se que a autoria feminina, embora

florescente, utilizava o impresso como um biombo: sob o pretexto de educar a "mãe de família" e a "mulher virtuosa", as editoras e colaboradoras criaram espaços de atuação pública e intelectual. Assim, "tecer letras" foi, para as mulheres daquele período, uma forma estratégica de redigir a própria existência dentro dos limites possíveis de sua época.

Por fim, a investigação permitiu compreender as especificidades das Luzes no contexto brasileiro, onde o desejo de progresso e instrução pública foi filtrado pela égide da moralidade religiosa. O jornal curvelano exemplifica como a mulher foi convocada a ocupar o espaço público da escrita, mas sob a condição de atuar como o vetor de uma sensibilidade regeneradora e patriótica. As dicotomias presentes nos textos (ócio e o trabalho, o luxo e a modéstia) revelam que o projeto editorial buscava conciliar a subversão das hierarquias de gênero com a reacomodação das agências femininas em uma modernidade que se principiava sob os signos da ordem e da virtude. A folha simboliza, portanto, a metamorfose da leitora em autora, em um voo que, embora vigiado pelos valores tradicionais, foi fundamental para a consolidação da presença feminina na história da imprensa mineira.

REFERÊNCIAS

A Borboleta: orgão litterario dedicado ao bello sexo. Curvelo: Typ. de Maria e Anna Pinheiro Lima, nº. 3 e 5, 1902.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil - 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BERRUEZO, Lara de Souza. **Letra feminina: produção editorial de publicação de obras de mulheres dos séculos XIX e XX.** Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação-Habilitação em Produção Editorial). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

BOTO, Carlota. **Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola.** São Paulo: Editora UNESP, 2017.

CATROGA, Fernando. Pátria e nação. Jornada setecentista. **Anais da VII Jornada Setecentista.** Curitiba: CEDOPE, p. 13-34, 2007. Disponível em: http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/jornadas/vii-jornadasetecentista-2007/ Acesso em 15 de maio de 2026.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador**. Tradução de Reginaldo de Moraes. São Paulo: UNESP, 1998.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Universidade de Brasília, 1994. 111 p.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil**. Volume 1: Século XIX. Autêntica, 2018.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FISH, Stanley. **Interpreting the variorum: is there a text in this class?** Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts e London: England, 1980, pp: 338- 355.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. **Ditos & Escritos III**. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 264-298.

HOEFER, Johann Christian Ferdinand. **Nouvelle biographie universelle générale, publ. sous la direction de m. le dr. Hoefer.** Paris: Firmin Didot (Institute de France),1865, v. 44, p. 38-39.

JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. São Paulo: Ática, 1994. 78p

JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX.** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010. 298p.

LACAN, Jacques. **O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

LIMA, Sandra Lúcia Lopes. Imprensa feminina, revista feminina. A imprensa feminina no Brasil. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 35, 2007.

LUSTOSA, Isabel. **As trapaças da sorte: D. Pedro I e o rastro de pólvora da Independência.** Belo Horizonte: Companhia das Letras, 2004.

MOREL, Marco. Pátrias Polissêmicas: República das Letras e imprensa na crise do Império português na América. **Iluminismo e Império no Brasil. O Patriota (1813-1814).** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 15-30, 2007.

MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999.

OVÍDIO, Naso Públio. **A arte de amar**. Tradução de Pedro Garcez Leme. Porto Alegre: L&PM, 2010.

OVÍDIO, Naso Públio. **Metamorfoses**. Tradução de Domingos Lucas Dias. São Paulo: Editora 34, 2017.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005. 520 p. (Coleção História).

RIBEIRO, Ana Paula Goulart; HOHLFELDT, Antônio Carlos; BARBOSA, Marialva Carlos. **História da imprensa no Brasil do século XIX**. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2024.

SCOTT, Joan Wallach. **A fantasia da história feminista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

TEÓCRITO. **Idílios**. Tradução de Raimundo Carvalho. São Paulo: Odysseus, 2004.

TERÊNCIO. **Comédias**. Tradução de Renata Cazarini de Freitas. São Paulo: Hedra, 2005. (ou cite a peça específica: TERÊNCIO. A Moça de Andros (Andria). Tradução de J. B. de Oliveira e Castro. Rio de Janeiro: Ediouro, 1968).

VIRGÍLIO, Maro Públio. **Eneidas**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2014.

VIRGÍLIO, Maro Públio. **Geórgicas**. Tradução de Odorico Mendes. Edição bilíngue. Cotia: Ateliê Editorial, 2001.

Recebido em 19/05/2026.

Aprovado para publicação em 14/09/2026.